

CRIME CIBERNÉTICO

Hacker desviou até R\$ 1 bi

O ataque à C&M Software, empresa que interliga os bancos aos sistemas do Banco Central, teria afetado seis instituições

» ROSANA HESSEL

Um ataque hacker a uma empresa de software prestadora de serviços, que está sendo investigado pelo Banco Central, pode ter desviado de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão dos clientes. A autoridade monetária informou que iniciou, ontem, as investigações sobre o desvio uma vez que a C&M Software (CMSW) enviou comunicado informando que “a sua infraestrutura tecnológica foi afetada”.

A empresa faz a conexão dos clientes com as plataformas do BC no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e presta serviços a fintechs, sociedades de crédito, cooperativas e instituições de pagamento de pequeno porte.

Em nota à imprensa, o BC informou que “determinou à C&M o desligamento do acesso das instituições às infraestruturas por ela operadas”. “Os sistemas administrados pelo BC não foram afetados”, informou a nota do BC.

De acordo com fontes da autoridade monetária, não houve banco

grande lesado, e “o BC vai aplicar as punições dentro do âmbito regulatório, naquilo que for possível”, assim que concluir as investigações. As empresas afetadas devem restituir aos seus clientes os valores desviados pelos cibercriminosos.

A Polícia Federal abriu inquérito, ontem, para apurar o ataque hacker às instituições financeiras. Os criminosos teriam convertido os valores roubados em criptomoedas.

Uma fonte próxima ao BC destacou que esse crime põe luz às discussões nas consultas públicas da autoridade monetária sobre a necessidade de um ambiente regulatório dos “bancos digitais” e das plataformas de moedas virtuais.

“Criptomoedas não reguladas servem de canal para lavagem de dinheiro, tráfico e corrupção, ameaçando sistemas financeiros legítimos. Bitcoin e memecoins incentivam especulação e enfraquecem o dólar como bem coletivo e Miami (nos Estados Unidos) tornou-se um polo de crime criptomoedas, atraindo corruptos

latino-americanos e ampliando desigualdades”, lamentou um servidor aposentado do BC.

Em comunicado oficial confirmando o ataque hacker, a CMSW, sediada em São Paulo, informou que colabora ativamente com as autoridades competentes, incluindo o Banco Central e a Polícia Civil de SP, nas investigações em andamento. “A empresa é vítima direta da ação criminosa, que incluiu o uso indevido de credenciais de clientes para tentar acessar de forma fraudulenta seus sistemas e serviços”, acrescentou a nota da CMSW. De acordo com o comunicado “todos os seus sistemas críticos seguem íntegros e operacionais”, e que as medidas previstas nos protocolos de segurança foram integralmente executadas.

Na tarde de segunda-feira, o site *Brazil Journal* revelou que hackers invadiram as contas de reserva do BC e roubaram mais de R\$ 1 bilhão em ativos de seis instituições financeiras, entre elas, BMP, Credsystem e Bradesco, que em nota, disse que não foi afetado pelo ataque.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



A Polícia Federal (PF) vai investigar o ataque hacker contra a empresa que presta serviços aos bancos

ESCÂNDALO DO INSS

AGU pede validação de acordo para devolução

» MAIARA MARINHO

A Advocacia-Geral da União (AGU) solicitou, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF), a homologação de um acordo interinstitucional que estrutura o ressarcimento de descontos indevidos

lançados no benefício de aposentados e pensionistas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A audiência de conciliação, realizada em 24 de junho, sob a condução do relator da ADPF 1236, ministro Dias Toffoli, definiu que os pagamentos começarão em 24 de julho.

Segundo o texto submetido ao Supremo, os ressarcimentos serão processados em lotes quinzenais, alcançando 1,5 milhão de beneficiários a cada ciclo, com os valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Estima-se que aproximadamente 2,1 milhões de pessoas já estejam aptas a receber a devolução.

O acordo foi firmado entre a AGU, o INSS, o Ministério da Previdência Social, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Defensoria

Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF), e agora depende da chancela do STF para garantir segurança jurídica ao processo administrativo de restituição. A iniciativa responde à crescente judicialização do tema. Segundo a AGU, estão em curso mais de 4,1 milhões de ações previdenciárias, e cerca de 9 milhões de descontos indevidos teriam sido efetuados no período de março de 2020 a março de 2025.

A homologação ficará a cargo

do ministro Dias Toffoli. Em caso de deferimento, o acordo permitirá que a grande maioria das vítimas receba a devolução diretamente pela via administrativa e desestime o ingresso de novas ações judiciais.

A ADPF 1236, proposta pelo presidente da República por meio da AGU, foi apresentada ao Supremo para contestar decisões judiciais que obrigam a devolução, de forma automática, pelo INSS e pela União, os valores descontados indevidamente. O pedido foi acatado

parcialmente. Toffoli determinou a suspensão do prazo que os beneficiários teriam para entrar com ações de indenização na Justiça. Com isso, os aposentados e pensionistas podem aguardar a devolução do dinheiro por meio do acordo administrativo proposto pelo governo, caso o plano seja homologado. Um inquérito inédito, também de relatoria de Toffoli, tramita sob sigilo no Supremo sobre desconto indevido no INSS envolvendo uma autoridade com foro privilegiado.



Diários Associados TOP 2 Brasil

em News Information

TOP 2

TOP 4

TOP 5

TOP 6

Consistência que consolida liderança. Pelo segundo mês consecutivo, o grupo Diários Associados ocupa o TOP 2 no Brasil na categoria News Information, de acordo com a Comscore. Somos referência em audiência, credibilidade e relevância no digital.

Nosso valor está no que permanece: conteúdos que geram acessos reais, não em trends e memes que passageiros.

E o nosso compromisso continua o mesmo: fazer jornalismo que informa, inspira e transforma.

DIÁRIOS ASSOCIADOS

*Fonte: Comscore Multiplatform — Desktop e Mobile, Categoria News/Information. Total Audience — Usuários Únicos - Maio/2025 - Brasil